

Memória, História e Património: Reflexão em torno do processo de educação patrimonial

Gaspar Martins Pereira¹

Resumo: Este texto constituiu, na sua versão inicial, um comentário à conferência História, Memória e Patrimônios Luso-Afro-Brasileiros, proferida por Sara Oliveira Farias, professora da Universidade do Estado da Bahia, nas I Oficinas Luso-Afro-Brasileiras, realizadas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 14 de Outubro de 2016. Cf. FARIAS, Sara Oliveira - História, Memória e Patrimônios Luso-Afro-Brasileiros. In ALVES, Luís Alberto Marques; PEREIRA, Gaspar Martins — Cruzar Histórias: I Oficinas Luso-Afro-Brasileiras. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2017, p. 54-61

1. Memória, História e Património

Na relação complexa entre história e memória e o uso do património cultural, o recurso à Educação Patrimonial permite reforçar a «consciência patrimonial» e transformar o património cultural num instrumento de cidadania, envolvendo a comunidade e transformando os públicos em actores do processo.

Nesse processo, a Educação Patrimonial implica uma interpretação do património, na sua relação com a memória e a história, e, ao mesmo tempo, estratégias de comunicação, que se têm tornado cada vez mais sofisticadas e amplificadas, com o uso das novas tecnologias de informação. Como refere Sara Farias, na perspectiva da Educação Patrimonial, a interpretação do património implica «revelar significados, provocar emoções, estimular a curiosidade, propor uma experiência inesquecível, fortalecer as identidades culturais entre outros aspectos» (FARIAS, 2017: 57).

Mas esse processo de comunicação exige sempre, a montante ou em simultâneo, o trabalho dos historiadores, o que nem sempre acontece, por várias razões, desde o alargamento do campo do património e a sua utilização por públicos cada vez mais amplos, com o recurso a novos suportes de divulgação. até ao facto de os historiadores se distanciarem, frequentemente, do estudo dos

¹ Professor catedrático do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

valores patrimoniais, quer pela dimensão local que estes assumem na maior parte dos casos quer pela fraca articulação entre a investigação histórica e o trabalho com as comunidades locais, em projectos de investigação aplicada, quer ainda pelas dificuldades de conciliação entre as formas tradicionais de produção histórica e novas formas integradoras da memória social. Por outro lado, neste domínio, se o trabalho dos historiadores raramente pode ser concebido como um trabalho isolado, tendo de se articular, em projectos e equipas pluridisciplinares, com outros saberes, acontece, frequentemente, que tais equipas são formadas sem a integração de historiadores.

2. Pensar o património em perspectiva integrada e integradora

Quando se trabalha o património como valor de recurso identitário de determinadas comunidades, o que conta é o sentido integrado e integrador do património e não, isoladamente, um monumento ou uma peça de colecção. O foco desloca-se dos elementos patrimoniais em si para as comunidades, integrando memórias individuais e colectivas, saberes tradicionais, formas de fazer e de viver, na sua relação com o património, e os significados que lhe atribuem, tanto como os usos que dele fazem, enquanto valor de memória e identidade e, simultaneamente, valor de recurso e desenvolvimento.

Neste sentido, o historiador tem de assumir uma atitude de abertura a temporalidades complexas, conjugar o estudo do passado e a produção de patrimónios com as memórias que transmitiram e conferiram significados a esses patrimónios, o que implica uma tripla transformação – conceptual, documental e metodológica – das formas mais convencionais de produção histórica.

Além disso, do ponto de vista conceptual, o historiador tem de abandonar a velha dicotomia entre pensamento científico e senso comum, o que se traduz numa reconfiguração cognitiva e o desloca da posição de autoridade de homem de ciência para uma atitude de questionamento do seu conhecimento em confronto com outras formas de saber, antes desvalorizadas como de senso-comum. Vale a pena, a este propósito, recordar o que escreveu o sociólogo Boaventura de Sousa Santos:

O senso comum faz coincidir causa e intenção; subjaz-lhe uma visão do mundo assente na acção e no princípio da criatividade e das responsabilidades individuais. O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajectórias e às experiências de vida de um dado grupo social e nessa correspondência se afirma de confiança e dá segurança. O senso comum é transparente e evidente; desconfia da opacidade dos objectos tecnológicos e do esoterismo do conhecimento em nome do princípio da igualdade de acesso ao discurso, à competência cognitiva e à competência linguística. O senso comum é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência mas, por isso mesmo, é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. O senso comum é indisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontane-

amente no suceder quotidiano da vida. Por último, o senso comum é retórico e metafórico; não ensina, persuade. (SANTOS, 1987, 56-57)

3. A «memória simbólica» e a «memória heterológica»

Ainda nesta perspectiva, creio que vale a pena reflectir sobre os conceitos de «memória simbólica» e de «memória heterológica», que implicam diferentes concepções de trabalho do historiador e de todos os que se debruçam sobre as questões da memória e do património.

Para Marc Guillaume, ao paradigma de «conservação simbólica», das sociedades tradicionais, sucedeu o de «conservação heterológica» nas sociedades modernas, visando preservar e construir o saber sobre o Outro, ausente ou passado. A memória heterológica, produzida e difundida, a partir dos documentos e dos monumentos, pelas «máquinas de memória» situadas nas instâncias do saber e do poder, caracteriza-se, sobretudo, segundo Guillaume, pela «vontade de atribuir um sentido unívoco às coisas do passado [...]. Memória sem espessura, injuntiva, dura, mas também frágil, pois ela não se enraíza na colectividade». Em contraste, a memória simbólica «cruza os diferentes níveis da colectividade; ela imbrica em particular a memória familiar na da comunidade de vida (a aldeia)». Caracteriza-se por uma certa imprecisão, uma incapacidade constitutiva de fixar com precisão o passado. É que ela tem a espessura de uma multiplicidade de sentidos, pois acolhe todas as interpretações, todas as leituras oriundas da vida quotidiana. Memória espessa e essencialmente imaterial, murmurante, que reserva o primeiro lugar à oralidade e às práticas; os seus 'monumentos' próprios... são produzidos por discursos, por lendas, ou por ritos, que por sua vez vão gerando perpetuamente novas artes de dizer e de fazer. Quanto aos monumentos da memória heterológica, ela retoma-os no seu próprio registo, desviando-os das significações unívocas, para lhes devolver, nas suas costas, a espessura de sentido que eles perderam e assim os reinscrever nas práticas quotidianas (GUILLAUME, 2003: 139).

No entanto, se esta análise de Marc Guillaume me parece particularmente perspicaz, penso que exagera na irredutibilidade entre os dois modelos de produção e difusão de memória. Creio que não só é possível como desejável encontrar pontos de contacto entre esses dois níveis de memória, tanto mais que tem vindo a aumentar o interesse pela «memória simbólica», bem como pela cultura imaterial, expandindo-se uma visão mais global e plural de património. Mas, do ponto de vista do historiador que trabalha no campo do património, esta perspectiva deve traduzir-se, precisamente, numa alteração das concepções tradicionais de fontes históricas, que privilegiam as fontes documentais, obrigando a considerar todas as fontes de informação possíveis e o seu cruzamento, no sentido de buscar não um significado unívoco do património mas de avançar para a sua compreensão multívoca.

4. O «triplo sentido do real»

Se o nosso trabalho visa a descodificação dos objectos, no sentido de perceber o significado que tinham para as pessoas que os criaram ou usaram, não podemos deixar de lançar mão a todas as fontes possíveis que nos revelem as «pessoas reais», como salientou Kevin Moore:

Os nossos antepassados deixaram atrás de si um caminho para as suas mentes através da sua cultura material — pelas coisas que fizeram e usaram e pelos lugares que construíram e habitaram. Estes e aquelas podem ser descodificados, de muitas maneiras, para revelar as ‘pessoas reais’. Além disso, existem outras fontes — escritas, visuais e orais — que ainda mais directamente fornecem um conhecimento sobre alguns aspectos das vidas dos nossos ancestrais, que são talvez menos facilmente revelados pela cultura material. Estas fontes — cartas, diários, registos de histórias orais, retratos, fotografias, filmes e vídeos, etc. — também proporcionam conhecimentos sobre as suas relações com a cultura material, definida simultaneamente como as coisas e os lugares (MOORE, 1997: 143).

Obviamente, a abertura do historiador a uma pluralidade de conceitos e de fontes implica também uma renovação metodológica. Mas o trabalho de estabelecimento das fontes e sua interpretação para construção de memórias não é simples. Exige múltiplos cuidados e operações de crítica, precisamente porque as «fontes» não são um caminho directo nem de direcção única que nos transporte, como uma máquina do tempo, ao passado. Uma carta, uma fotografia, um diário, tal como qualquer objecto ou qualquer fonte oral, podem mentir ou, pelo menos, distorcer a «narrativa histórica» que buscamos construir e transmitir. Por outro lado, permitem uma multiplicidade de leituras e releituras, de significados, de sentimentos e de emoções (MOORE, 1997: 52, 57 e segs.).

É reconhecida a importância da autenticidade como critério de valorização do património. O «triplo sentido do real» ou do autêntico — dos objectos, dos lugares, das pessoas — leva-nos a prestar crescente atenção aos ambientes em que alguém viveu, em determinado período histórico, considerando os objectos como testemunhos dessas vivências. Entre os técnicos do património, é por aí que, cada vez mais, se busca despertar a imaginação, os sentidos e o envolvimento emocional dos públicos, em especial em experiências de «história vivida». Mas seria um erro considerar que se podem reproduzir vivências ou épocas históricas, como advertiu Magaly Cabral, referindo-se às casas-museu: «A vida não é reproduzida numa casa-museu, mas é tão-só representada (tal como em qualquer outro museu, que é, por excelência, o espaço para representar o mundo e as suas coisas)». (CABRAL, 2001: 37).

5. O sentido plural da memória e do esquecimento

Neste sentido, vale a pena salientar aqui o papel da comunicação sobre o património, o que implica não só a necessidade da investigação para produzir conhecimento a partir dos e sobre os objectos e lugares mas também a necessidade de produzir diferentes formas de comunicação sobre esses objectos e lugares, face à diversidade de públicos, em função da idade, da educação, do grupo social ou étnico e da formação e dos interesses culturais. É que a apropriação do passado por actores no presente é sujeita a uma diversidade de dinâmicas. Estas vão desde os problemas associados à etnicidade e à identidade social, à nostalgia e à busca da autenticidade ‘musealizada’, até às tensões entre os interesses dos Estados na fixação de identidades locais e as pressões exercidas pelas localidades em reivindicar ou transformar tais identidades (APPADURAI & BRECKENRIDGE, 1992: 37).

E, poderíamos acrescentar as imposições, cada vez mais dominadoras, do turismo e dos negócios do património...

Por outro lado, se a memória, elemento insubstituível da identidade individual ou colectiva, é essencial à sobrevivência e à afirmação dos indivíduos e dos grupos sociais — como sintetizou Jacques Le Goff, «a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro» (LE GOFF, 1984: 47) —, creio que não devemos perder de vista o carácter plural da memória, elaborada e reelaborada continuamente, e que assume, por isso, diferentes formas de percepção e interpretação. Da memória e do esquecimento. Porque, tal como a memória individual, também a memória colectiva sofre processos de ocultação ou perda, voluntária ou involuntária, que podem chegar à amnésia, com consequências mais ou menos profundas na identidade colectiva. Precisamente porque cada sociedade produz formas de apropriação e manipulação da memória (LE GOFF, 1984: 13), enquanto «processo diferencial de valorização e apagamento, de recordação e esquecimento» (GUILLAUME, 2003: 72).

6. O património como instrumento de cidadania e de desenvolvimento cultural: um processo

O património pode e deve assumir, nas sociedades contemporâneas, um papel fundamental como instrumento de integração, de cidadania e de desenvolvimento cultural, o que implica novas atitudes por parte de todos os agentes culturais e uma passagem do foco de atenção dos objectos do património para os públicos/comunidades (WEIL, 2003: 15). No caso dos museus, por exemplo, já não se espera que os museus sejam meros transmissores de «uma verdade autorizada histórica, científica ou cultural» (MATARASSO, 2003: 134), mas sim verdadeiros «lugares de partilha de saberes» (COTÉ & VIEL, 1995), o que implica uma redefinição da sua missão. Segundo François Matarasso, os museus não mais simples transmissores de cultura, deveriam ver-se a si

próprios como os espaços onde a cultura é debatida e contestada, feita e refeita. Consciente e francamente empenhado na discussão sobre o que une, divide e molda a sociedade contemporânea, tanto como as complexas identidades dos diferentes países, cidades, comunidades e indivíduos, o museu deveria desempenhar um papel central no desenvolvimento de valores e na busca de respostas para as grandes questões do nosso tempo. Se não pode, no mundo de hoje, projectar uma monopolística autoridade cultural, pode, em contrapartida, representar e defender a importância da cultura como um meio de desenvolvimento humano, de liberdade e de auto-definição (MATARASSO, 2003: 138).

Sem perderem a sua identidade, os museus podem e devem assumir-se como instituições ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, participando na construção de hábitos e formas de integração que possibilitem um enriquecimento colectivo de saberes e de práticas, de capacidades de pensar e de agir localmente - ou seja, com raízes identitárias - mas, ao mesmo tempo, de se confrontar com outras formas exógenas de conhecimento e de acção, podendo e devendo ser, também, lugares de encontro e intercâmbio de culturas. Uma tal orientação implica, a meu ver, uma ruptura com a noção convencional de museu-colecção-edifício, para fazer do museu um lugar aberto e interactivo com o seu território de referência, que é também o seu objecto primordial, considerando que a noção global de território integra as comunidades que aí vivem, produtoras e detentoras de patrimónios diversos. Poderíamos dizer, com André Desvallées: Não mais colecções de história natural, de objectos de arte, de objectos científicos e objectos técnicos por si mesmos, mas um meio natural e cultural a perceber como um todo que se recebe como herança, que se apropria, que se transmite com a consciência das transformações provocadas pelas criações - e pelas destruições - do homem, e do qual não se retiram testemunhos senão para explicar a natureza e a história dessa herança. (DESVALLÉES, apud POULOT, 2005: 179).

Além disso, mais do que as colecções de um museu, mais até do que o conjunto do património, é o processo que conta, se este se revelar um instrumento valorizador do conhecimento e da acção das comunidades que integram e partilham um território e o seu património. Neste sentido, como salientou Joaquim Pais de Brito, será mais importante o património de entendimento, com o que pode transportar de sonho e inutilidade, que somos capazes de criar do que o património que ansiosamente procuramos guardar. Os museus podem certamente ter este importante papel de ajudar a desmontar os seus próprios registos de funcionamento e de se constituírem mais enquanto projecto e acção do que memória (BRITO, 2003: 276).

Infelizmente, tal desígnio está muito longe de se concretizar. Assumidos como bens colectivos, os patrimónios são ainda de fruição muito desigual e elitista. Pode dizer-se que a evolução tem sido positiva, devido a uma maior formação patrimonial, através dos serviços educativos e das visitas de escolas. Mas a formação patrimonial deve alargar-se a toda a população, não só na perspectiva das condições de igualdade de acesso à cultura e à fruição do património, mas sobretudo da sua compreensão, interpretação e valorização.

Referências bibliográficas

- APPADURAI, Arjun; BRECKENRIDGE, Carol A. (1992) – Museums Are Good to Think: Heritage on View in India. In KARP, Ivan; KREAMER, Christine Mullen; LAVINE, Steven D., ed. – Museums and Communities. The Politics of Public Culture. S.l.: Smithsonian Institution, p. 34-55.
- BRITO, Joaquim Pais de (2003) – Museu, memória e projecto. In PORTELA, José; CALDAS, João Castro, eds. – Portugal Chão. Oeiras: Celta Ed., p. 265-277.
- CABRAL, Magaly (2001) – Exhibiting and Communication History and Society in Historic House Museums. In PAVONI, Rosanna, ed. – Historic House Museums Speak to the Public: Spectacular Exhibits versus a Philological Interpretation of History. Actas da Conferência Anual do Comité Internacional DEMHIST, Génova, 1-4 de Novembro de 2000. S.l.: ICOM, p. 35-39.
- CÔTÉ, Michel; VIEL, Annette, dir. (1995) – Le musée: lieu de partage des savoirs. Québec: Musée de la Civilisation.
- FARIAS, Sara Oliveira (2017) – História, Memória e Patrimónios Luso-Afro-Brasileiros. In ALVES, Luís Alberto Marques; PEREIRA, Gaspar Martins, coord. – Cruzar Histórias: I Oficinas Luso-Afro-Brasileiras. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, p. 54-61.
- GUILLAUME, Marc (2003) – A política do património. Porto: Campo das Letras.
- LE GOFF, Jacques (1984) – Memória. In ROMANO, Ruggiero, dir. – Enciclopédia Einaudi. 1. Memória/História. Lisboa: INCM, p. 11-50.
- MATARASSO, François (2003) – After Nietzsche: Museums in a Multicultural Society. In DOMINGUES, Álvaro; SILVA, Isabel; LOPES, João Teixeira; SEMEDO, Alice, org. – A Cultura em Acção: Impactos Sociais e Território. Porto: Afrontamento, p. 131-138.
- MOORE, Kevin (1997) – Museums and Popular Culture. Londres: Cassell.
- POULOT, Dominique (2005) – Une histoire des musées de France, XVIIIe-XXe siècle. Paris: Éd. La Découverte.
- WEIL, Stephen E. (2003) – Museums and Communities: Their Changing Relationship. In DOMINGUES, Álvaro; SILVA, Isabel; LOPES, João Teixeira; SEMEDO, Alice, org. – A Cultura em Acção: Impactos Sociais e Território. Porto: Afrontamento, p. 15-27.